

# **PROGRAMA COMEÇAR DE NOVO**



**RELATÓRIO ANUAL  
ANO 2015**



UNIDADE DE MONITORAMENTO E  
FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA  
CARCERÁRIO



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



*Conselho Nacional de Justiça*

### **Divisão do Programa Começar de Novo**

Endereço: Rua do Egito, Nº 106, Solar dos Veras, Centro, São Luís – MA,

CEP: 65.010 - 190

Fone (98) 3261-6233

#### **Coordenador Geral**

Des. José de Ribamar Froz Sobrinho

#### **Coordenador Executivo**

Ariston Apoliano Chagas Júnior

#### **Chefe da Divisão do Programa Começar de Novo**

Ana Lúcia Ramos Araújo

#### **Equipe Técnica**

Jercenilde Cunha Silva – Assistente Social

Flávia Miranda Costa – Assistente Social



UNIDADE DE MONITORAMENTO E  
FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA  
CARCERÁRIO



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



*Conselho Nacional de Justiça*

## APRESENTAÇÃO

Neste relatório constam as ações realizadas pela Divisão do Programa Começar de Novo, conforme Plano de Ação elaborado pela Equipe do Programa, à luz das competências da Unidade de Monitoramento do Sistema Carcerário e sob o pilar que norteia a concepção do Programa instituído no âmbito do Conselho Nacional de Justiça em 2009.

As ações apresentadas estiveram voltadas ao acesso à documentação civil básica, articulação para qualificação profissional e inserção de apenados no mercado de trabalho, cujos dados registrados compreendem o período de 02 de janeiro a 30 de dezembro de 2015.

Neste documento, faz-se uma breve análise das ações realizadas e das ações previstas no Plano de Ação 2015, apresentando-se alguns indicadores previstos e alcançados. Tal análise servirá de referência para pensar as ações para o exercício 2016.

As ações realizadas estão organizadas conforme sua finalidade. No primeiro item estão as ações próprias da Divisão do Começar de Novo: documentação básica, inclusão no mercado de trabalho, monitoramento às ações de escolarização e qualificação profissional, articulação/divulgação e estágio supervisionado. Num segundo item, registram-se as Inspeções, atividade que não são exclusivas da Divisão, mas também uma competência da Unidade de Monitoramento do Sistema carcerário, que conta com a participação de vários servidores, incluindo a equipe do Programa Começar de Novo.

No final, registram-se os avanços identificados no exercício, bem como os desafios que deverão ser trabalhados no exercício seguinte, finalizando-se com as considerações finais, onde se apresenta breve análise do alcance dos resultados e perspectivas para o planejamento de 2016.



UNIDADE DE MONITORAMENTO E  
FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA  
CARCERÁRIO



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



*Conselho Nacional de Justiça*

## 1. AÇÕES REALIZADAS/IMPLEMENTADAS

### 1.1. Documentação Básica:

Nesta Ação, a Equipe da Divisão do Programa Começar de Novo, em 2015, realizou, participou e/ou articulou ações voltadas à emissão de documentos para apenados e familiares, a qual se materializa por meio de parcerias com os órgãos públicos, sobretudo aqueles responsáveis diretos pela emissão dos documentos mais solicitados pelo público do Programa: Registro Geral (Carteira de Identidade), certidão de nascimento, Certificado de Dispensa de Incorporação – CDI ou 2ª via Certificado de Reservista e Cadastro de Pessoa Física – CPF.

Neste sentido, a equipe participou de **22 reuniões** que tiveram como objetivo discutir e aprimorar fluxos, visando qualificar a emissão desses documentos, conforme segue abaixo:

- 08/01 – Reunião na 27ª CSM com a participação do Coronel responsável e subtenente que respondem pela respectiva Circunscrição, para discutir novo fluxo de encaminhamento de apenados para emissão de Certificado de Dispensa de Incorporação e/ou 2ª via do certificado de Reservista;
- 22/01 – Reunião com o novo Diretor do Instituto de Identificação, Sr. Lúcio Flavo, para tratar sobre a parceria com o Programa Começar de Novo e sobre a instalação do kit de identificação na Triagem do Complexo Penitenciário de Pedrinhas;
- 30/01 – Reunião com as assistentes sociais da SEJAP, para discutir sobre as semanas de documentação que estão previstas para exercício;
- 19/02 – Reunião na SEJAP, com representante do Instituto de Identificação, para tratar da realização do Censo Carcerário em 2015;
- 23/02 – Reunião com a Diretora do Viva Cidadão, Mary-Silva Maia, com o objetivo de apresentar o Programa Começar de Novo e discutir o calendário de ações de documentação previstas para 2015;



UNIDADE DE MONITORAMENTO E  
FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA  
CARCERÁRIO



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



*Conselho Nacional de Justiça*

- 24/02 – Reunião na Junta Militar do Bairro João Paulo, com o Tenente Luís, para tratar sobre o Programa Começar de Novo e o fluxo para emissão de CDI. Tal reunião foi proposta pela própria Junta Militar;
- 04/03 – Reunião na SEJAP para discutir as estratégias para a realização do Censo Carcerário a ser realizado pelo Instituto de Identificação;
- 12/03 – Reunião com parceiros da Ação de Documentação no Centro Administrativo do Tribunal de Justiça para discutir a revisão do Termo 02/2012, no tocante às competências de cada órgão;
- 31/03 – Reunião na SEJAP com a Chefe da Divisão Psicossocial e assistentes sociais das unidades prisionais para divulgar sobre a realização do Censo Carcerário;
- 31/03 – Reunião no Instituto de Identificação, para discutir sobre as ações de documentação nas unidades prisionais, conforme calendário 2015;
- 14/04 – Reunião com equipe do Viva Cidadão para tratar da agenda de ações de documentação no interior do Estado;
- 14/04 – Reunião com a Coordenação do setor Psicossocial/SEJAP para apresentação da nova coordenadora do setor – Maria Augusta Marinho de Oliveira, bem como, tratar sobre o Termo de Convênio Nº 02/2012, que formaliza a parceria entre vários órgãos para emissão de documentos básicos;
- 28/04 – Reunião com a Coordenadora do Núcleo de Assistência à Família – NAF/SEJAP, Assistente Social Gisélia Diniz da Silva – para tratar sobre a Declaração de União Estável e outros documentos exigidos para o cadastro de visitantes aos presos;
- 31/08 – Participação na Reunião da Divisão Psicossocial da SEJAP, com objetivo de socializar informações (sobre emissão de CPF e 2ª via de certidões de nascimento) e entregar documentos de apenados que estão nas unidades prisionais;



UNIDADE DE MONITORAMENTO E  
FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA  
CARCERÁRIO



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



*Conselho Nacional de Justiça*

- 30/09 – Participação na Reunião da Supervisão Psicossocial da SEJAP, para entrega de certidões de nascimento e verificação de demandas referente à documentação de apenados;
- 04/11 – Reunião na Delegacia da Receita Federal em São Luis, para discutir sobre novas orientações da Receita Federal para emissão de CPF de apenados;
- 05/11 – Reunião com a Direção do IML, para tratar sobre os procedimentos para registro de óbitos, dada necessidade da Divisão do Programa Começar de Novo, fazer a busca deste documento para fins de arquivamento do processo de apenados falecidos;
- 06/11 – Reunião com equipe da Vigilância Sanitária, com o objetivo de buscar informações que facilitem a busca de certidões de óbitos junto aos cartórios;
- 23/11 – Reunião na SEJAP para tratar sobre o Planejamento do Censo Carcerário e das Ações de Documentação previstas para 2016;
- 04/12 – Reunião SEJAP para tratar da Programação de Censo Carcerário e Ações de Documentação para 2016;
- 17/12 – Reunião com a Vigilância Sanitária para alinhar o fluxo de solicitação de informações referente a óbitos de apenados. Na ocasião a equipe da Vigilância Sanitária fez a entrega do produto final da pesquisa relacionada à lista de apenados falecidos, com cópia das devidas declarações de óbito.

Além desses espaços de discussões com os parceiros, a equipe também realizou visitas às instituições em busca de informações, solicitação ou entrega de documentos. Para tanto a equipe realizou **126 visitas institucionais** com a seguinte distribuição:

- 12 visitas ao Instituto de Identificação para busca de informações/dados e/ou recebimento de RG de apenados que solicitaram documentos através do Programa;
- 68 visitas aos cartórios para busca de Certidão de Nascimento e/ou Certidão Negativa (sendo 66 nas serventias da capital e 01 na serventia de São José de Ribamar e 01 em Paço do Lumiar);



UNIDADE DE MONITORAMENTO E  
FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA  
CARCERÁRIO



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



*Conselho Nacional de Justiça*

- 01 visita ao Cartório de Notas e Registros Públicos Tito Soares, para levantar informações sobre a Declaração de União Estável (custos e procedimentos para a sua emissão), visando subsidiar reunião agendada com equipe do Núcleo de Apoio à Família – NAF/SEJAP;
- 22 visitas à Receita Federal para solicitação de emissão, busca e regularização de CPF;
- 02 visitas à Escola Municipal da Boa Viagem – Município de São José de Ribamar para busca de informações sobre a certidão de nascimento de apenado recluso. Registra-se que com essa medida, foi possível obter informações precisas sobre a localização da certidão de nascimento, visto que o apenado não dispunha de nenhum documento;
- 09 visitas as unidade prisionais: Complexo Penitenciário de Pedrinhas (07), CCPJ do Anil (01) e Olho D'Água (01) para entrega de documentos, acompanhar cartório, objetivando coleta de assinatura de apenada/o em procuração pública para acessar benefícios ou para registro de filho de pai recluso;
- 03 visitas ao Centro de Triagem de Pedrinhas, para acompanhamento à instalação do Kit para realização do Censo Carcerário, objetivando monitorar o andamento do Censo e alinhar os procedimentos relativos à solicitação de certidões de nascimento de apenados que não constam na base de dados do Instituto de Identificação para identificação civil<sup>1</sup>;
- 03 visitas à Corregedoria de Justiça para tratar sobre situações relacionadas à apenados – duplicidade de certidões de nascimento, encaminhados pelo Programa Começar de Novo, com 02 (dois) processos tramitando, sendo um concluso em 2015 e outro no aguardo de decisão da referida Instituição. Uma destas visitas foi também para tratar sobre a possibilidade de casamento comunitário para apenados custodiados no Complexo Penitenciário de Pedrinhas;

---

<sup>1</sup> Essa medida será adotada, quando o apenado não tiver nenhuma condição de apresentar a certidão de nascimento (em decorrência de extravio) para sua identificação civil.



UNIDADE DE MONITORAMENTO E  
FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA  
CARCERÁRIO



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



*Conselho Nacional de Justiça*

- 05 visitas à SEJAP para levantar informações junto ao setor Psicossocial, Educação e Trabalho e Renda;
- 01 visita à Capitania dos Portos, para busca de informações sobre emissão de 2ª via de alistamento militar, em se tratando de apenados que alistaram-se junto à Marinha Brasileira.

Ainda na lógica da garantia do direito básico de todo cidadão – acesso à documentação civil – a equipe do Programa, busca estratégias que possibilitem aos apenados, ter essa garantia. Desta forma, a visita domiciliar e/ou em instituições de ensino (onde o/a apenado/a freqüentou) tem sido adotada como forma de favorecer esse acesso, à medida que, nestas visitas é possível colher informações mais precisas com os familiares ou nos estabelecimentos escolares, que facilitem a busca da certidão de nascimento, documento essencial para o acesso aos demais documentos.

Nesse sentido, registra-se 01 visita domiciliar à família de apenado com deficiência – surdo – identificado no Centro de Triagem de Pedrinhas, cujo setor estava com dificuldade de realizar a identificação civil e criminal, visto que na ficha de identificação prisional havia dois nomes. Na visita fora confirmado que a pessoa ora em questão tinha apenas certidão de nascimento, sendo identificado ainda seu verdadeiro nome para fins de busca da 2ª via e emissão dos demais documentos.

Da mesma forma, foi localizada a certidão de nascimento de outro apenado, que nunca emitira outros documentos e não tinha muitas informações, além do seu nome e data de nascimento. Neste caso fora localizada a escola onde o mesmo estudou as primeiras séries do ensino fundamental – Praia da Boa Viagem, Município de São José de Ribamar – e de posse da cópia foi emitida a 2ª via da certidão de nascimento, bem como, os demais documentos.

Soma-se a essas ações de caráter mais externo, o atendimento que é realizado no interior da Unidade de Monitoramento do Sistema Carcerário, pela equipe do Programa ou algumas vezes no interior das unidades prisionais, quando a situação requer, conforme registro que segue:



UNIDADE DE MONITORAMENTO E  
FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA  
CARCERÁRIO



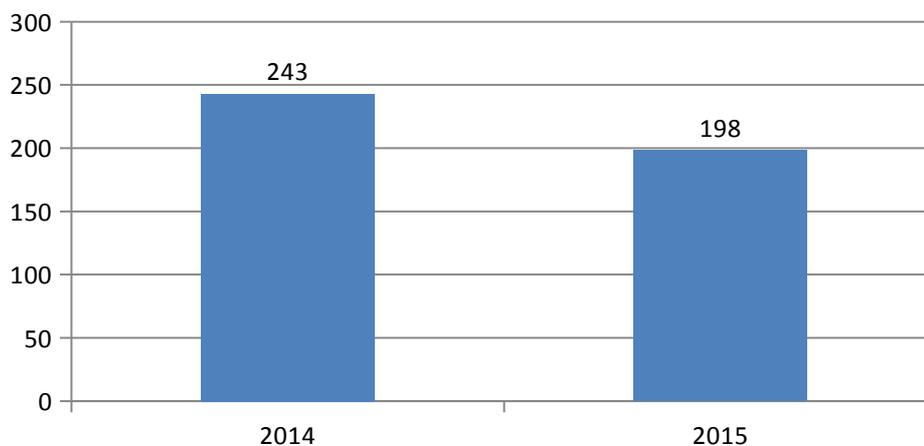
ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



*Conselho Nacional de Justiça*

- **198 atendimentos internos**, seguido do preenchimento da ficha de atendimento, que por sua vez, serve como instrumento de identificação da demanda;

## ATENDIMENTOS



- **325 encaminhamentos** para emissão de documentação pessoal ou acesso a outros serviços, destinados a órgãos diversos: Viva Cidadão (145), 27ª Circunscrição de Serviço Militar (54), TRE (42), SINE (57), Fórum (06), Defensoria Pública (10), Instituto de Identificação (04) e cartórios (07);
- **09 encaminhamentos** de apenados para inclusão no mercado de trabalho formal.

No interior das unidades prisionais, foi realizado através da equipe do Programa Começar de Novo ou por articulação desta, a exemplo de Imperatriz, Ação de Documentação em 05 unidades prisionais:

- Unidade Prisional de Itapecuru-Mirim – 33 Carteiras de Identidade;
- Unidade Prisional de Imperatriz – 35 Carteiras de Identidade;
- Paço do Lumiar – 34 Carteiras de Identidade;
- Presídio São Luis III – 35 Carteiras de Identidade;
- APAC de Paço do Lumiar – 16 Carteiras de Identidade.



UNIDADE DE MONITORAMENTO E  
FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA  
CARCERÁRIO



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



*Conselho Nacional de Justiça*

Realizou ainda uma ação no Hospital Nina Rodrigues, onde se encontram pessoas em cumprimento de medida de segurança, com a emissão de 10 Carteiras de Identidade.

Somam-se a isso os documentos emitidos através dos encaminhamentos realizados pela Divisão do Programa Começar de Novo. Desta forma, totalizaram-se **271** Carteiras de Identidade, **74** CTPS, **106** Certidões de Nascimento, **54** Certificados de Reservistas e/ou 2ª Via de Alistamento Militar, **143** emissões de CPF, **83** buscas, **68** consultas e regularização de **23** CPF suspensos<sup>2</sup>, **07** certidões de nascimento de crianças, cujos pais encontram-se reclusos, por via de procuração.

Desta forma totalizam-se **829 documentos acessados** pela população em cumprimento de pena. Ademais, os cartórios emitiram **95** Certidões Negativas relacionadas a buscas de certidões de nascimento, cujos documentos não foram localizados, face a inconsistência dos dados disponíveis.

Considerando-se uma nova demanda apresentada à Divisão do Programa Começar de Novo – a busca de certidões de óbito – para efeito de arquivamento de processos, também foram emitidas **10 certidões de óbito**, elevando o número para **934** documentos emitidos através das articulações do Programa Começar de Novo.

---

<sup>2</sup> A busca trata-se de consulta realizada junto a Receita Federal para obter o número daqueles que já acessaram o documento, objetivando a inclusão deste no RG. A consulta, trata-se da busca de informações no site da Receita Federal, quando o apenado dispõe do número do CPF, para verificar a Situação Cadastral. A regularização é solicitada pelo Programa Começar de Novo, quando na consulta é identificado que o documento encontra-se suspenso e a correção, também solicitada pelo Programa, ocorre quando os dados impressos no documento contém erros de grafia ou data de nascimento.



UNIDADE DE MONITORAMENTO E  
FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA  
CARCERÁRIO

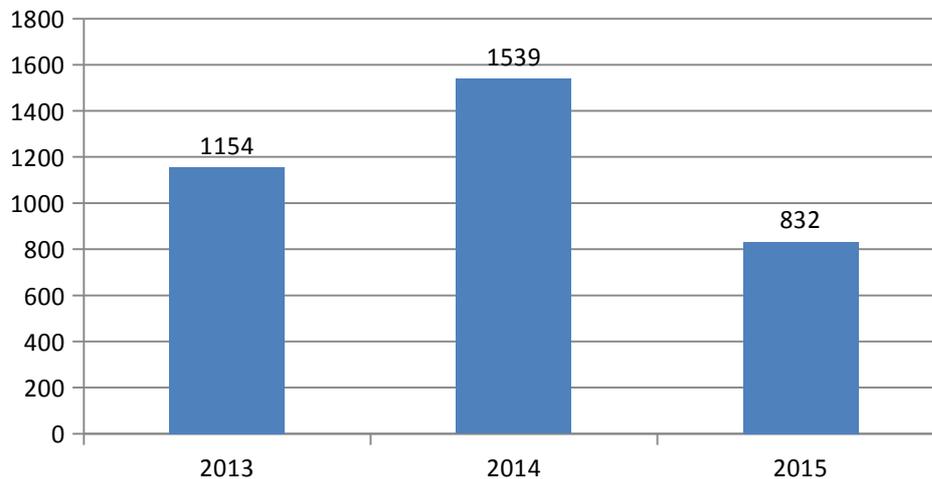


ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



*Conselho Nacional de Justiça*

## EVOLUÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO 2013/2014/2015



Comparando-se esses resultados com o exercício de 2014, observa-se que houve um decréscimo na emissão de documentos através do Programa Começar de Novo na ordem de 39%, o que pode ser atribuído às Ações de Documentação realizadas sob a gestão da Divisão do Setor Psicossocial da SEJAP, ou ainda à diminuição de apenados dentro das unidades prisionais sem documentos, face às ações que já vêm sendo desenvolvidas no interior das unidades prisionais desde 2011, na perspectiva de garantir esse direito.

Importa destacar, que todos os apenados atendidos pela equipe das unidades ou do Programa Começar de Novo, já tiveram pelo menos a certidão de nascimento, porém há uma incidência muito grande de extravio destes documentos por essa população. Há de se destacar também, que um número significativo não acessou outros documentos, particularmente RG, CPF e Certificado de Reservista.

Esse dado nos remete a refletir, sobre o perfil de uma parcela da população que cumpre algum tipo de pena, desprovido inclusive do direito mais elementar inscrito no rol dos direitos para o exercício da cidadania, o *acesso à documentação civil básica*.

Chama atenção ainda, a demanda constante por 2ª via de certidão de nascimento com muitas fragilidades nas informações prestadas pelo apenado para a



UNIDADE DE MONITORAMENTO E  
FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA  
CARCERÁRIO



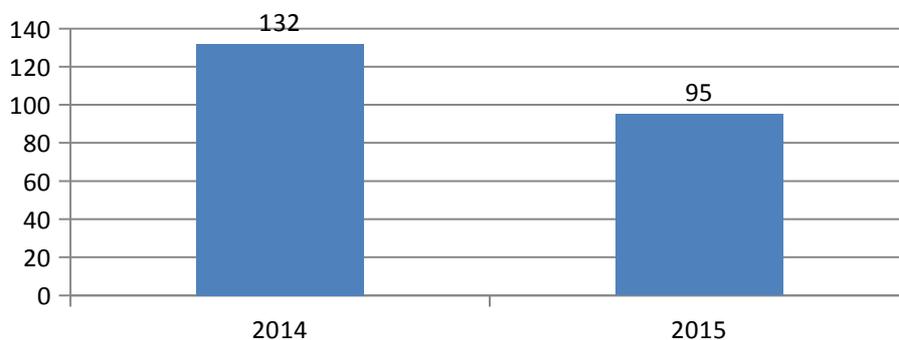
ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



*Conselho Nacional de Justiça*

busca mais ágil e eficiente junto aos cartórios. Entretanto observa-se uma queda positiva de 28% no numero de emissão de certidões negativas emitidas em relação a 2014.

### CERTIDÃO NEGATIVA



Tal diminuição está relacionada com o acesso ao Sistema de Identificação da Secretária de Segurança Pública - SISP, disponibilizado ao Programa Começar de Novo, neste exercício, através da articulação com o Diretor do Instituto de Identificação.

Neste Sistema é possível fazer a consulta dos dados da certidão de nascimento daqueles/as que emitiram o RG no período de 2002 até o momento atual.

Tal acesso contribuiu para a redução de tempo de busca pelos cartórios, assim como, favoreceu maior precisão nas informações prestadas aos cartórios, permitindo ainda encaminhar alguns casos para emissão de RG sem a apresentação da certidão de nascimento, dada as informações já constantes na base de dados do SISP.

Destaca-se ainda, que nessa ação de documentação, o Programa encaminhou 07 (sete) pessoas – na maioria mães de filhos/as de apenados, ao PROGRAMA RECONHECER É AMAR, executado pela Corregedoria de Justiça, em funcionamento no Fórum Desembargador Sarney Costa, cujo objetivo é democratizar o processo de reconhecimento de paternidade.



UNIDADE DE MONITORAMENTO E  
FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA  
CARCERÁRIO



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



*Conselho Nacional de Justiça*

## **2.2. Inserção no Mercado de Trabalho**

Nesta Ação, registra-se que em 22 (vinte e dois) de dezembro de 2014 foi aprovada a Lei 10.182 – que deu nova redação à Lei 9.116/2010, a qual instituiu a “Política Estadual Começar de Novo” que estabelece a obrigatoriedade de destinação de vagas à apenados e egressos do sistema prisional, por empresas que licitam com o Governo de Estado do Maranhão para prestação de serviços ou fornecimento de mão de obra.

Esta nova Lei foi fruto de um processo intenso de discussão realizado em 2014, com a participação do Tribunal de Justiça através da Unidade de Monitoramento do Sistema Carcerário, SEJAP, Defensoria Pública e na época uma representação da Assessoria do Governo do Estado.

Com aprovação da lei, algumas ações foram realizadas, além de articulações com a equipe da SEJAP, visando à inserção de apenados no mercado formal de trabalho, conforme segue:

- 16/03 – Reunião com a equipe do Núcleo de Trabalho e Renda da SEJAP para apresentação da nova equipe do setor e tratar do fortalecimento da parceria entre esse setor e o Programa Começar de Novo;
- 13/04 – Reunião na Divisão do Programa Começar de Novo com representante do Viva Cidadão – Sr. Jean – para conversar sobre estratégias de inserção de apenados em vaga de trabalho. Na ocasião fora apresentada a Lei 10.182/2014 para que o órgão pudesse adotar medidas, para fazer cumprir a lei, quando das licitações realizadas pelo órgão;
- 14/04 – Reunião com a Coordenação de Trabalho e Renda/SEJAP na qual fora tratado sobre os Projetos de Parceria para vagas de trabalho.
- 01/06 – Reunião do GMF, priorizando como pauta, a apresentação da Nova Lei (Lei 10.182/2014) e discussão de estratégias para sua efetivação;
- 11/06 – Reunião com Núcleo de Trabalho e Renda (SEJAP) e representantes do SINE para discutir estratégias de implantação da Lei 10.182 – Lei do Começar de Novo, que trata da inserção de apenados no mercado de trabalho;



UNIDADE DE MONITORAMENTO E  
FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA  
CARCERÁRIO



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



*Conselho Nacional de Justiça*

- 25/06 – Participação na Reunião organizada pelo Conselho Penitenciário para apresentação da Lei 10.180/2014 a outros órgãos e discussão do fluxo de implementação;
- 26/06 – Reunião na Secretaria Municipal de Obras Públicas/SEMOSP para discutir parceria entre o TJMA e essa Secretaria para inserção de apenados em postos de trabalho;
- 30/06 – Reunião na Secretaria Municipal de Obras Públicas/SEMOSP para discutir parceria entre o TJMA e essa Secretaria, objetivando a inserção de apenados/as em postos de trabalho;
- 04/09 – Reunião com a Secretária Adjunta de Educação para tratar da Lei 10.182/2014;
- 16/10 – Reunião na Empresa Gestor para informar sobre a alteração da Lei Começar de Novo e tratar sobre o contrato vigente com este Tribunal, cuja a quantidade de mão de obra solicitada no respectivo contrato, aponta para a destinação de 16 vagas de trabalho destinadas ao público do Programa Começar de Novo;
- 11/11 – Reunião com o Coordenador das Serventias – Corregedoria de Justiça – para tratar da possibilidade de realização de casamento de apenados dentro do Complexo Penitenciário de Pedrinhas.

Paralelo a isso, o Programa Começar de Novo realizou vários contatos telefônicos, seguidos de encaminhamento de Ofícios e 04 (quatro) visitas institucionais nas secretarias estaduais (Secretaria de Saúde, Secretaria das Cidades, Secretaria de Educação, Secretaria de Infra-Estrutura) e Comissão Central de Licitação, solicitando reuniões para tratar da implementação da Lei 10.182/2014, observando-se que somente a Secretaria de Educação deu retorno e possibilitou esse diálogo com a Equipe, para tratar da respectiva Lei.

Nesta Ação de Inserção de Apenados no Mercado de Trabalho, destaca-se também a seleção e encaminhamento de **09 apenados** para a Empresa Central Engenharia para a devida contratação.



UNIDADE DE MONITORAMENTO E  
FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA  
CARCERÁRIO



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



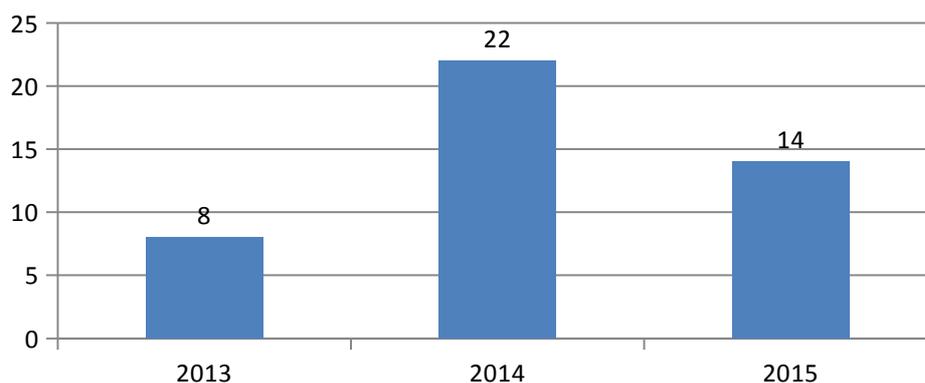
*Conselho Nacional de Justiça*

Dada esta inserção, a equipe realizou **03 Visitas** à respectiva empresa, com o objetivo de acompanhar informações sobre os apenados contratados e negociar a ampliação do número de vagas de trabalho.

Considerando-se o papel da Unidade de Monitoramento de acompanhar dados e informações sobre a inclusão de apenados no mercado de trabalho, é possível registrar a inserção de **14** apenados em vagas de trabalho **no total**, no exercício 2015 com a seguinte distribuição:

- 01 apenada inserida na empresa MASAN, como auxiliar de cozinha;
- 09 apenados inseridos na Empresa Central Engenharia, no ramo da construção civil através do Programa Começar de Novo;
- 04 apenados (regime fechado) inseridos na INOVE, fábrica de móveis projetados com um espaço instalado na Unidade Prisional São Luis I, através de Termo de parceria realizado entre a INOVE, SEJAP e TJMA.

## EVOLUÇÃO VAGA DE TRABALHO



Observa-se que, mesmo com as intervenções realizadas, não somente pelo Programa Começar de Novo, mas também pela equipe da SEJAP, persiste ainda a inexpressividade da Lei no Estado, que se expressa em:

- Pouca atenção por parte dos gestores das secretarias quanto ao conteúdo da Lei;



UNIDADE DE MONITORAMENTO E  
FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA  
CARCERÁRIO



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



*Conselho Nacional de Justiça*

- Dificuldade de diálogo com as Secretarias, para tratar da implementação da lei; (Não há retorno aos ofícios e aos contatos telefônicos);
- Dificuldade de acesso aos gestores de contratos das secretarias, dada a observância da hierarquia institucional, que requer antes, um contato prévio com os secretários para informar da existência de lei e necessidade do seu cumprimento;
- Não cumprimento da Lei, por órgãos conhecedores da sua existência, a exemplo do próprio TJMA.

Por outro lado destaca-se, que algumas ações de iniciativa do executivo, a exemplo da construção de duas (02) padarias – na Unidade Prisional do Olho D'Água e Unidade Prisional Feminina, a realização de parceria com as Empresas O Ciclismo (Penitenciária de Pedrinhas); Inove – Moveis Projetados (Presídio São Luis II); e Fábrica Bloquetes (Penitenciária de Pedrinhas) abre possibilidades de qualificação e de inserção no mercado produtivo, contribuindo assim para fortalecer o cumprimento da pena numa perspectiva mais humanizada e ressocializadora.

Tais iniciativas, ampliam o leque de opções de inserção no mercado de trabalho, bem como, contribuem para consolidar a concepção norteadora do Programa Começar de Novo, que é possibilitar a/o apenado/a a construção de novos caminhos pela via do trabalho.

### **2.3. Divulgação/Articulação**

Na perspectiva de potencializar as articulações/parcerias e qualificar o trabalho realizado pela equipe do Programa Começar de Novo, registra-se também a participação em **09 Eventos** que trataram de temas afins ao trabalho da Divisão, conforme seguem:

- 27/05 – Participação em evento promovido pela 2ª Vara da Infância e Juventude sobre as Medidas Socioeducativas em Meio Aberto;
- 28/05 – Participação em evento promovido pela Corregedoria de Justiça do estado do Maranhão e Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e



UNIDADE DE MONITORAMENTO E  
FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA  
CARCERÁRIO



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



*Conselho Nacional de Justiça*

Participação Popular em parceria com outros órgãos da administração para tratar do sub-registro no estado do maranhão;

- 29/05 – Participação no 8º Workshop de Tecnologia da Informação – evento promovido pela Corregedoria Geral da Justiça, com enfoque nos Sistemas INFOSEG e INFOJUD. Este último, fundamental para o Programa Começar de Novo, visto que possibilita a consulta de dados do CPF de apenados junto a Receita Federal;
- 04 e 05/08 - Participação no EXPOSEGMA – Exposição da Secretaria de Segurança Pública, realizado nos dias 04 e 05 de agosto na Praça Maria Aragão;
- Participação no Encontro com os empresários Promovido pela SEJAP na Associação Comercial;
- Participação na Semana do Encarcerado, com a Palestra sobre “A importância da Documentação no resgate da Cidadania”, na Unidade Prisional Centro de Detenção de Pedrinhas;
- 21/08 – Participação no Workshop sobre o Digidoc realizado no Fórum Desembargador Sarney Costa;
- 14/12 – Participação na organização da última reunião do Grupo de Monitoramento e mobilização dos parceiros da Unidade de Monitoramento do Sistema Carcerário;
- 30/12 – Participação na inauguração da Padaria do Presídio Feminino.

Nesta mesma lógica, de potencializar as articulações e parcerias, a equipe realizou ainda 19 visitas institucionais – Secretaria de Estado da Mulher, Secretaria de Educação, Secretaria de Saúde, Viva Cidadão, 27ª Circunscrição do Serviço Militar, SEMOSP, Empresa PG Mineração, Central Engenharia, Delegacia Regional do Ministério do Trabalho, AMMA e Ministério Público dentre outros – para mobilização dos parceiros para ultima reunião do GMF e/ou entrega de placas de homenagem aos parceiros da Unidade de Monitoramento do Sistema Carcerário.

Além desses eventos, a equipe participou de **14 reuniões**, em diferentes espaços, com pautas diversas, conforme segue:



UNIDADE DE MONITORAMENTO E  
FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA  
CARCERÁRIO



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



*Conselho Nacional de Justiça*

- 26/01 – Reunião com o Secretário Adjunto de Tecnologia da Informação do Estado, Nélio Guilhon, para tratar sobre o acesso ao Sistema Começar de Novo, em razão da indisponibilidade deste da página web;
- 05/02 – Reunião na Central de Custódia com o Juiz Antônio Luís da Silva, para apresentar o Programa Começar de Novo;
- 06/04 – Participação na reunião do Grupo de Monitoramento com a pauta sobre alimentação da pessoa presa;
- 11/05 – Reunião com representante da Empresa MASAN com objetivo de tratar sobre a implantação de 01 cozinha escola na Unidade Prisional Feminina e Unidade Prisional do Olho D'Água;
- 25/06 – Participação na reunião da 2ª Vara de Execuções Penais para tratar sobre o Projeto Pacto pela Cidadania na área do Coroadinho;
- 01/07 – Participação em reunião realizada na CAEMA, com representantes da respectiva Empresa e SEJAP, objetivando discutir estratégias de encaminhamento dos apenados às 20 vagas disponibilizadas a esse publico;
- 12/08 -- Reunião do Comitê de Ações Integradas de políticas para mulheres encarceradas e egressas;
- 24/08 – Reunião com a Centro de Apoio a Vitimas de Violência CEAV – para discutir possível parceria;
- 03/09 – Reunião com a Corregedoria e SEJAP para tratar de evento sobre as tornezeiras eletrônicas;
- 16/09 – Reunião na Escola de Gestão para tratar de parceria com o Centro de Apoio da Vítimas - CEAV;
- 18/09 – Participação em reunião promovida pela 2ª VEP, para tratar sobre o Termo de Cooperação entre a SEJAP, VEPS e Central de inquérito;
- 05/10 – Participação na Reunião do grupo de Monitoramento, cuja pauta tratou sobre a qualidade da alimentação nas unidades prisionais;
- 08/10 – Participação na Reunião com a Corregedoria para discutir o Encontro de Juízes para tratar das tornezeiras eletrônicas e Audiência de Custódia;



UNIDADE DE MONITORAMENTO E  
FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA  
CARCERÁRIO



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



*Conselho Nacional de Justiça*

- 19/11 – Participação na reunião com a FUNAC para discutir sobre a implementação das Medidas Socioeducativas Restritivas de Liberdade no Estado, articulada pelo Des. Froz Sobrinho, com a presença da SEJAP, FUNAC e UMF.

## **2.2. Monitoramento às ações de Escolarização e Qualificação Profissional.**

### **a) Plano de Educações nas Prisões**

Conforme processo de acompanhamento à execução do Plano de Educação nas Prisões, registra-se que em 09 de fevereiro de 2015, a equipe do Programa Começar de Novo, reuniu-se com o Supervisor da Educação de Jovens e Adultos – EJA e a Coordenadora da EJA, Valter Carvalho Júnior e Caroline Coimbra, respectivamente. Esta reunião objetivou coletar informações sobre a implementação do Plano de Educação nas Prisões. Na ocasião teve-se a informação de que havia sido concluído o processo seletivo da SEDUC para contratação de professores e já haviam salas de aulas em funcionamento ou com perspectiva de início nas seguintes unidades prisionais: Coroatá (35 alunos); Bacabal (20 alunos); Imperatriz (62 alunos), Casa de detenção de Chapadinha (33 alunos), Penitenciária de Pedrinhas (112 alunos), Presídio Feminino (82 alunas), Presídio São Luis I (19 alunos), Presídio São Luis III (59 alunos), Unidade Prisional de Ressocialização do Monte Castelo (32 alunos), Unidade Prisional de Ressocialização de Rosário (48 alunos), Unidade Prisional de Ressocialização Olho D'Água (32 alunos), Unidade Prisional de Ressocialização de Açailândia (21 alunos), o que totaliza **528 apenados cursando o ensino fundamental ou médio**, através da implantação do Plano de Educação nas Prisões.

Registra-se ainda a inscrição de **206 apenados no Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM<sup>3</sup>**, através da Supervisão de Educação da SEJAP, cujas provas ocorreram nos dias 01 e 02/12/15 em São Luis, Rosário, Chapadinha e Imperatriz, com resultado previsto para janeiro de 2016.

---

<sup>3</sup> Fonte de informação: Supervisão de Educação da SEJAP



UNIDADE DE MONITORAMENTO E  
FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA  
CARCERÁRIO



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



*Conselho Nacional de Justiça*

## **b) Qualificação Profissional**

Nesta ação, cabe ao Programa Começar de Novo, articular ou monitorar a oferta de vagas em cursos de qualificação para apenados.

Em 2015 através do SENAC, foi promovido o curso de Postura no Trabalho, realizado no período de 12 a 16/01, com uma turma de **25 apenados** em cumprimento de medidas alternativas. Esta ação foi resultado da articulação do Programa Começar de Novo e a 2ª Vara de Execuções Penais com o SENAC e contou com suporte logístico da SEJAP, na cessão do espaço na Escola de Gestão Penitenciária.

Ainda na mesma linha da qualificação<sup>4</sup>, foram ofertados através do PRONATEC, 06 cursos de qualificação, tendo a SEJAP como demandante, totalizando **120 vagas**:

- Unidade Prisional de Rosário – 20 vagas;
- Unidade Prisional Feminina – 40 vagas;
- Unidade Prisional Presídio São Luis I – 20 vagas;
- Unidade Prisional de Ressocialização do Olho d'Água – 20 vagas
- Penitenciária de Pedrinhas – 20 vagas.

Pelo Pró – jovem urbano, que articula escolarização e qualificação para o mundo do trabalho, foi inserido **140 apenados** com a seguinte distribuição:

- Casa de Detenção/CADET – 15 pessoas matriculadas;
- Central de Custódia de Preso de Justiça de Imperatriz – 65 pessoas matriculadas;
- Penitenciária de Pedrinhas – 15 pessoas matriculadas;
- Penitenciária Feminina – 15 pessoas matriculadas;
- Penitenciária São Luis I – 30 pessoas matriculadas.

---

<sup>4</sup> Os dados referentes ao PRONATEC, Pró – jovem Urbano, ENEM e alunos matriculados no ensino formal, foram repassadas pela Supervisão de Educação da SEJAP.



UNIDADE DE MONITORAMENTO E  
FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA  
CARCERÁRIO

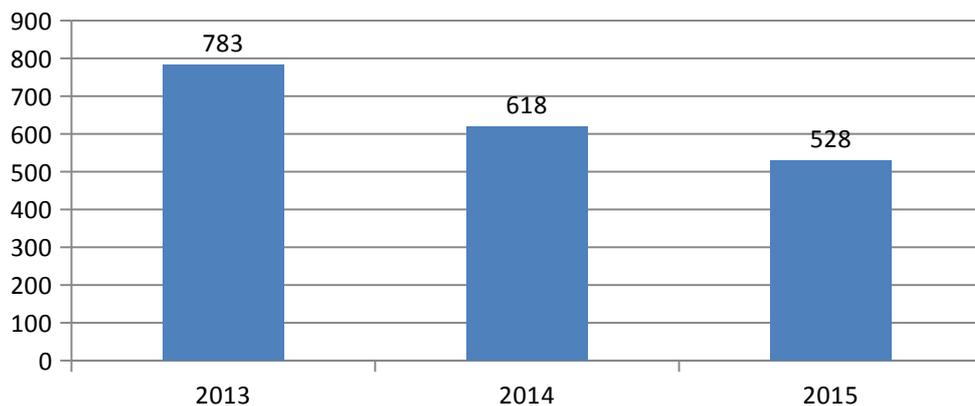


ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



*Conselho Nacional de Justiça*

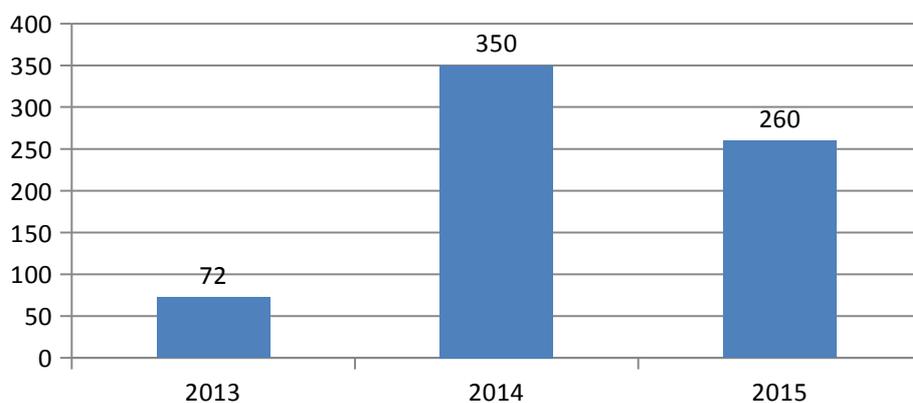
## Matriculados pelo Plano de Educação nas Prisões



Registra-se ainda, a informação de **12 apenados** – rotativos – inseridos na Empresa Ciclismo – confecção de aros de bicicleta – na perspectiva de qualificação profissional e geração de renda, resultante de instrumento de Parceria entre a SEJAP, Defensoria Pública do Estado, Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, cuja competência da Unidade de Monitoramento é acompanhar através da Divisão do Programa Começar de Novo o cumprimento do objeto instituído no Termo.

Considerando-se todas essas iniciativas, somam-se **297 pessoas** inseridas em cursos qualificação/capacitação para o mundo do trabalho.

## EVOLUÇÃO DA CAPACITAÇÃO





UNIDADE DE MONITORAMENTO E  
FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA  
CARCERÁRIO



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



*Conselho Nacional de Justiça*

Observa-se que em relação ao ano anterior, houve uma queda de 15% no número de apenados inseridos em cursos de qualificação, o que pode ser atribuído à redução da oferta de vagas de qualificação profissional pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC.

Por outro lado, observa-se que as oportunidades de cursos de qualificação para apenados que estão fora do sistema prisional, de forma gratuita, são escassas ou nenhuma.

O Programa Começar de Novo, em 2015 acompanhou vários editais do Programa SENAC Gratuidade – PSG, no intuito de contribuir na inclusão desse público nos cursos ofertados, porém os cursos oferecidos pelo PSG, não são atrativos ao público do Programa Começar de Novo, além do nível de escolaridade exigido – no mínimo o ensino fundamental completo ou cursando – ser um requisito incompatível com o perfil da maioria dos egressos que apresentem a qualificação profissional como demanda. Soma-se a isso a exigência da apresentação de **Atestado de Boa Conduta** para alguns cursos, o que sugere uma exclusão quando da seleção, em se tratando do público do Programa Começar de Novo.

## II. INSPEÇÕES:

Foram realizadas com a participação da Divisão do Programa Começar de Novo 06 inspeções em unidades prisionais, com o objetivo de identificar as condições de cumprimento da pena, bem como de levantar demandas que sejam de competência desse Tribunal ou da Unidade de Monitoramento Carcerário.

- 09/04 – Participação na Inspeção do Centro de Triagem de Pedrinhas e acompanhamento ao início das atividades do Censo Carcerário 2015;
- 16/04 – Participação na inspeção da Unidade Prisional de Itapecuru-Mirim;
- 17/04 – Participação na inspeção da Unidade Prisional de Viana;
- 10/06 – Inspeção conjunta com o Conselho Penitenciário, Procuradoria Geral da União e do Estado, Defensoria Pública e Equipe do Programa Começar de Novo à Casa do Albergado – Regime Aberto;



UNIDADE DE MONITORAMENTO E  
FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA  
CARCERÁRIO



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



*Conselho Nacional de Justiça*

- 12/06 – Inspeção conjunta com o Conselho Penitenciário na unidade Prisional do Monte Castelo – Regime semi-aberto;
- 11/08 – Realização de Inspeção na Unidade de Paço do Lumiar concomitante a Ação de Documentação.

O resultado final dessas inspeções é sistematizado pela Divisão Jurídica através de Relatórios, os quais são encaminhados aos órgãos competentes.

### **III. ESTAGIO SUPERVISIONADO**

Em 2015, o Núcleo de Estágio do Tribunal de Justiça encaminhou à Divisão do Programa Começar de Novo, 01 (uma) estagiária do Curso de Serviço Social da Faculdade Atenas Maranhense – FAMA, cujo estágio ocorreu no período de 26 de março a 26 de setembro de 2015 totalizando 450 horas, distribuídos em estágio I (150 horas), estágio II (150 horas) e estágio III (150 horas).

A experiência da estagiária na Unidade de Monitoramento do Sistema Carcerário, em particular no interior no Programa Começar de Novo, no qual pode vivenciar de perto o desafio da inserção de apenados no mercado de trabalho, lhe despertou a problematizar sobre o Tema: Inclusão Social dos Egressos do Sistema Carcerário no Mercado de Trabalho: Reflexões acerca do Programa Começar de Novo no Maranhão.

Para tanto, coube às assistentes sociais da Divisão, momento de estudos, reflexões, disponibilização de informações e orientações na perspectiva de contribuir na elaboração do trabalho, cuja apresentação na Faculdade ocorreu em dezembro do ano em curso, com nota 9.5 (nove e meio).

### **IV. AVANÇOS E DESAFIOS**

#### **a) Avanços:**

- Acesso ao Sistema do Instituto de Identificação – SISF, o que possibilitou maior precisão das informações quanto à documentação de



UNIDADE DE MONITORAMENTO E  
FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA  
CARCERÁRIO



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



*Conselho Nacional de Justiça*

apenados, sobretudo, certidões de nascimento, quando o apenado consta na base de dados do Instituto de Identificação, impactando na diminuição de emissão de certidões negativas pelos cartórios e maior agilidade na emissão de documentos;

- Implementação do Sistema SISUMF, o que possibilitou maior agilidade nas solicitações de outros órgãos, a exemplo da Defensoria Pública – Núcleo de Execução Penal;
- Melhoria no atendimento da 27ª Circunscrição de Serviço Militar, com definição de novo fluxo e indicação de novas Juntas Militares – Paço do Lumiar, São Jose de Ribamar e COHAB – para emissão de CDI e 2ª via de alistamento militar;
- Fortalecimento da parceria com a rede de instituições responsáveis pela emissão de documentos, a exemplo do Instituto de Identificação e cartórios da capital;
- Articulação com órgão da gestão municipal – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos – SEMOSP, o que possibilitou a destinação de 10 vagas de trabalho para apenados no ramo da construção civil;
- Intensificação dos encaminhamentos para o Núcleo do SINE instalado na SEJAP, ampliando as possibilidades de inserção de apenados no mercado de trabalho;
- Maior articulação com a Assessoria de Comunicação do Tribunal, o que resultou na elaboração de material de divulgação do Programa Começar de Novo – folders – e intensificação de matérias no site do Tribunal sobre suas ações.

#### **b) Desafios:**

- Potencializar o uso do Sistema SISUMF;
- Adotar novas estratégias para o cumprimento da Lei 10.181/2014, em articulação com a Divisão de Trabalho e Renda da SEJAP, tendo em vista a realização de visitas e encaminhamento de ofícios às secretarias que mais licitam, sem retorno destas;



UNIDADE DE MONITORAMENTO E  
FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA  
CARCERÁRIO



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



*Conselho Nacional de Justiça*

- Articular com o FERJ, para discutir estratégias que possibilite maior agilidade no retorno às solicitações de 2ª via de Certidão de Nascimento aos cartórios do interior do Estado;
- Intensificar as parcerias com as instituições de qualificação profissional, dada a redução da oferta pelo PRONATEC e discutir as especificidades do público do Programa Começar de Novo, quanto à inserção em cursos de qualificação;
- Monitorar sistematicamente o Plano de Ação da Divisão do Programa Começar de Novo, de modo a redirecionar os percursos quando necessários, frente a novas demandas que vão sendo incorporadas no decorrer do exercício;
- Aprimorar o processo de monitoramento de informações junto à SEJAP;
- Alinhar as ações que possam ser realizadas conjuntamente com equipe da SEJAP.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

O Programa Começar de Novo estabeleceu 09 (nove) ações para serem implementadas no exercício 2015. Deste conjunto, observa-se que todas as ações foram executadas, entretanto algumas considera-se que não foram implementadas na sua totalidade, portanto alguns indicadores ficaram inviáveis de serem apresentados.

Desta forma destacam-se como ações parcialmente realizadas a realização de semanas de documentação nas unidades prisionais, dado que a equipe da SEJAP em articulação com o Viva Cidadão elaborou e executou um calendário de ações de documentação nas unidades prisionais, não havendo assim necessidade da mesma ação, realizada pelo programa, nas unidades que havia inserido do Plano de Ação 2015.

Outra ação, que considera-se parcialmente implementada, refere-se a inserção de apenados no mercado de trabalho. Embora tenha havido diferentes estratégias adotadas pela equipe da Divisão do Programa Começar de Novo, pela Coordenação Executiva e Coordenação-geral da Unidade de Monitoramento, o



UNIDADE DE MONITORAMENTO E  
FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA  
CARCERÁRIO



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



*Conselho Nacional de Justiça*

cumprimento da Lei 10.181/2014 ainda se constitui o grande desafio no processo de consolidação da concepção que balizou a criação do Programa Começar de Novo.

São Luis, 14 de janeiro de 2016.

Equipe de Elaboração

Jercenilde Cunha Silva  
Assistente Social

Flávia Miranda Costa  
Assistente Social

Ana Lúcia Ramos Araújo  
Chefe da Divisão do Programa Começar de Novo.